



Relatório de Atividades

Assessoria de Gestão e Governança – Integridade Pública

O presente relatório visa a apresentação e prestação de contas dos trabalhos da Assessoria de Gestão e Governança, unidade subordinada à Pró-Reitoria de Administração e tem por sua finalidade o assessoramento das atividades de: câmaras técnicas, gestão de riscos, formação de líderes e gestão da integridade. Neste relatório focamos em apresentar o que há de mais relevante neste setor relacionado ao tema da Integridade Pública visando a composição e entrega do Relatório de Integridade a ser avaliado pelo Comitê de Riscos, Governança e Controle da universidade.

As principais atividades relacionadas à integridade pública desempenhadas por esta Assessoria são as descritas abaixo:

- **Redação do Plano de Integridade**

O Plano de Integridade aprovado em 2019 tem por finalidade descrever as ações relacionadas ao Programa de Integridade da Unifesp que é coordenado pela Pró-Reitoria de Administração. Na sua redação são mencionados os setores responsáveis pelas atividades de gestão da integridade, que trabalham de modo a compartilhar fluxos presentes no plano e incorporam suas melhorias considerando as atividades relacionadas a este tema. Nos encontros mais recentes ficou definido que o Plano de Integridade seria mais abrangente em seu escopo, incorporando áreas como a Câmara de Mediação de Conflitos, o Comitê do PAR, a Comissão da LGPD e setores como o Comitê de Ética em Pesquisa, que além do Comitê de Ética já presente no plano, também analisa questões relacionadas à Ética em Pesquisa da instituição. A nova redação foi realizada e aguarda aprovação por parte deste Comitê de Integridade, o qual é formado pelos setores já descritos na primeira redação do plano e posterior aprovação por parte do Comitê de Governança, Riscos e Controle.



- **Mapa de Riscos**

O mapa de riscos à integridade é a reunião de todos os riscos que se relacionam a este tema e é peça fundamental a ser incorporada aos Planos de Integridade por todos os órgãos do Brasil. O nosso Mapa de Riscos é instrumento construído coletivamente, no qual já constam riscos recebidos dos setores estratégicos da universidade e que passa por revisão constante. Atualmente nosso mapa está em fase de aprimoramento no qual consiste em classificar os riscos e elencar responsáveis pelas tratativas esperadas visando a mitigação dos riscos apresentados. Todos os setores do Comitê de Integridade contribuíram para a construção deste documento e o mesmo encontra-se em fase final de aprovação após oficinas com a participação de todos.

- **Reuniões Técnica com as Unidades Gestoras da Integridade**

A Controladoria Geral da União por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Integridade Pública convoca periodicamente a todas as Unidades de Gestão da Integridade a participar de uma Reunião Técnica, no que denomina REDE GIRC – Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos. A Assessoria acompanha as reuniões desta rede realizadas em ambiente virtual e sempre com a participação de membros da Controladoria Geral da União, da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento dos Estados (OCDE) e também de demais estudiosos e representantes de órgãos de estudo e ação em ações de integridade pública.

- **Reuniões do Comitê de Integridade**

A Assessoria de Gestão e Governança, enquanto instância executiva do Plano de Integridade também administra as reuniões do Comitê de Integridade. Desde a aprovação do plano, tivemos reuniões com a participação de todos os setores mencionados, e também foram incorporadas a este grupo os setores que posteriormente foram incluídos no texto do Plano de Integridade mais atualizado. Nestas reuniões foram tratadas as atualizações do Plano que devem ser submetidas na próxima reunião do Comitê de Governança, Riscos e Controle e também uma análise de



funcionamento destes setores e suas atividades relacionadas à integridade pública bem como o devido cumprimento das atividades dos fluxos e suas atualizações. Nestes setores mencionados estão inclusos todos os mecanismos principais que as diretrizes da CGU impõem aos órgãos da administração federal para tratamento de denúncias e situações nas quais pode ser afetada a integridade do órgão. Podemos elencar os principais temas nestas diretrizes como: conflitos de interesse, dilemas éticos, nepotismo e riscos à integridade. Nas últimas reuniões também foram trazidos quantitativos levantados dos setores sobre processos e denúncias recebidas e arquivadas, visando estipular melhorias a estes fluxos e até mesmo gerando proposições de capacitações e atividades. No final do ano de 2020 e início do ano de 2021 o trabalho da Assessoria se desdobrou em Capacitações e a coordenadora do Programa de Integridade, a Pró-Reitora de Administração, participou conjuntamente com os setores de Ouvidoria, Câmara de Juízo de Admissibilidade e Comissão Processante Permanente de reuniões de órgãos da Unifesp para melhoria de tratativas relacionadas ao tema.

- **Manutenção do Portal com fins específicos de difusão de informações da integridade pública**

Após o primeiro ano de implantação do Programa de Integridade, a Assessoria solicitou com apoio da coordenação da integridade, a abertura de um portal de nome integridadepublica.unifesp.br no qual são lançadas informações, notícias, fluxograma de apuração de denúncias, documentos e relatórios relacionadas a nossas atividades e reuniões. Nesta página contamos com milhares de acessos realizados desde o seu desenvolvimento, e, encontram-se as principais informações sobre nossas ações, com links para o Plano de Integridade e para os demais setores participantes que compõem o Comitê. A página foi destaque no Boletim de Integridade Pública da CGU como exemplo de boa prática.

É importante salientar que este portal tem caráter totalmente informativo, mas sem substituir as demais plataformas locais e nacionais como a FalaBR.



- **Webinário sobre Lei Geral de Proteção de Dados e Integridade Pública**

Ainda no segundo semestre do ano de 2020 foi realizado o Webinário sobre a LGPD, então aprovada e em implantação em todos os órgãos da administração pública federal, e, também nesta ocasião apresentando brevemente todos os setores do Comitê de Integridade e suas atribuições, bem como divulgando a todos o Plano de Integridade da Unifesp e os trabalhos relacionados ao tema desempenhados na instituição.

- **Capacitação Continuada sobre Temas de Integridade Pública**

Os temas relacionados à integridade pública foram temas de Webinários realizados entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021 pelos setores responsáveis pela integridade conforme descritos no Plano, e, visaram trazer à discussão da comunidade da Unifesp temas atuais. Sempre compondo o evento com um dos setores do Comitê de Integridade em parceria com um Pesquisador ou Docente da instituição ou de fora, com experiência no tema exposto, e divulgação a toda a comunidade acadêmica, contando em toda a Capacitação com mais de 700 (setecentos) inscritos, com temas e meses a saber:

- Mês de Outubro de 2020 - Liderança nas Organizações Contemporâneas
- Mês de Novembro de 2020 - Assédio
- Mês de Dezembro de 2020 - Comportamento nas Redes Sociais – Limites
- Mês de Janeiro de 2021 - Inovação: Aplicação do Marco Legal e Docentes
- Mês de Fevereiro de 2021 - Conflito de Interesses
- Mês de Março de 2021 – “Fake News” e Liberdade de Expressão



- **Campanhas da Controladoria Geral da União divulgadas em nosso órgão**

A Controladoria Geral da União apresenta a todos os cidadãos campanhas periódicas visando difundir a cultura da integridade tanto dentro dos órgãos quanto para toda a população. Neste ano de 2021 tivemos campanhas relacionadas ao tema que foram também divulgadas por nosso portal da integridade, bem como, integraram campanhas de disparo de e-mail e publicações em redes sociais da instituição. Destacamos principalmente duas campanhas que foram de grande participação da Unifesp:

- **Campanha Integridade Somos Todos Nós - #integridadesomostodosnós**

Esta campanha visa divulgar a cada mês um tema relacionado à integridade visando elucidar a toda a população como identificar algum desses casos de risco à integridade dos órgãos públicos e estimular os cidadãos a denunciarem determinadas práticas. Ela foi e está sendo divulgada por nossa assessoria tanto em nossa página quanto em portais da Unifesp em redes sociais. Este ano já tivemos os seguintes temas divulgados mensalmente:

- Integridade Pública;
- Assédio Moral e Sexual;
- Responsabilização;
- Conflito de Interesses;
- Denúncias
- Proteção ao Denunciante.

- **Campanha Valores da Integridade Pública Federal**

Esta campanha foi totalmente divulgada pela Assessoria em nosso órgão e segundo a CGU contou com a participação de todos os órgãos da administração federal, com destaque à Unifesp como uma das 5 universidades que mais participaram. Ela visou aferir quais são os valores essenciais ao



**Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Pró-Reitoria de Administração**



serviço público federal. Ela foi realizada em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e foi feita de modo a todos os servidores do Brasil terem a chance de participar. Inicialmente os servidores informaram os vocábulos que para si representavam a ideia de valor para o serviço público e nesta fase foram apresentadas 93.000 (noventa e três mil) sugestões. A partir de então foi filtrada uma lista com os valores mais encontrados nesta primeira etapa. Após a formação desta lista foram lançados em pesquisa aberta a todos os servidores com 11 (onze) principais vocábulos que representariam os valores do serviço público federal. Após a última etapa de votação foram escolhidos como valores os seguintes:

- Engajamento;
- Gentileza;
- Imparcialidade;
- Profissionalismo;
- Justiça;
- Vocação Pública;
- Integridade.

- **Programa Nacional de Prevenção à Corrupção**

Em setembro deste ano, a Unifesp recebeu a Marca de Participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). O programa surgiu a partir do desenvolvimento de atividades realizadas pelas Redes de Controle, o programa conta com a presença do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União, dos Tribunais de Contas dos Estados, das Controladorias de Estado entre outros órgãos. O projeto é voltado para gestores públicos de todos os poderes e de todas as esferas em todo o país, onde eles preenchem o questionário de autoavaliação, enquanto recebem orientações e treinamentos sobre como implantar boas práticas de controle e prevenção da corrupção. A iniciativa tem como um de seus objetivos reduzir os níveis de corrupção no país a níveis aproximados aos países desenvolvidos, criando uma cultura de transparência e integridade.



Através do questionário de autoavaliação, o gestor pode avaliar a sua organização e verificar possíveis fraquezas e suscetibilidade a falhas, além disso, o diagnóstico fornecido ao final mostra detalhadamente quais mecanismos devem ser melhorados e o níveis mínimos aceitáveis para servir como base para melhor gerir a instituição, sejam eles: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento.

A Marca de Participante simboliza que a Unifesp valoriza e incentiva a prática de transparência e promove a integridade e a ética na gestão pública, ao utilizar a marca, a Unifesp demonstra à sociedade que é comprometida com as práticas de prevenção à corrupção e afirma seu compromisso com os instrumentos de integridade, a instituição está sendo reconhecida por participar de um processo evolutivo e colaborativo.

A Unifesp recebeu a Marca ao se submeter a responder o questionário de autoavaliação e enviá-lo apontando todas as evidências necessárias no sistema e-Prevenção. Após o envio, recebemos um relatório diagnóstico onde mostra que a Unifesp alcançou o nível máximo em relação ao seu poder de regulação e aderência às boas práticas, também recebemos oportunidades de melhoria, auxiliando o gestor no planejamento da implementação de boas práticas. O relatório abaixo demonstra que a Unifesp já utiliza diversos dispositivos para prevenção, e por isso, alcançou uma excelente avaliação, que aponta que possuímos baixa suscetibilidade à fraude e corrupção.

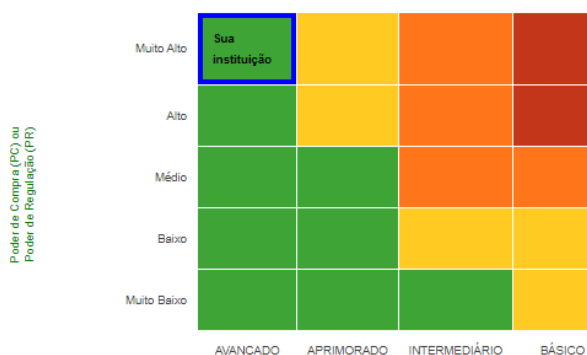
RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO

Universidade Federal de São Paulo

Este relatório apresenta o desempenho desta organização quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção.

É preciso considerar que toda organização está sujeita a ação de qualquer pessoa disposta a cometer ilícitos, motivo pelo qual se deve investir na adoção de um conjunto de práticas suficientes para reduzir as fragilidades e alcançar o nível de segurança desejável para as tomadas de decisões, em ambiente regido pela ética e integridade.

Qual a situação da organização?



O gráfico apresenta o nível de suscetibilidade à corrupção ao qual se encontra esta organização que mostram o grau de aderência às boas práticas, em função do seu poder de compra ou de regulação, conforme a metodologia adotada.

O ideal é que todas as organizações públicas estejam localizadas dentro da faixa verde - nível aceitável de suscetibilidade. Para aquelas que se encontrem nas faixas vermelha - nível muito alto de suscetibilidade, laranja - nível alto de suscetibilidade ou amarela - nível médio de suscetibilidade, ressalta-se que não significa, necessariamente, que tenham casos de corrupção. Indicam, no entanto, que ainda não estão alinhadas com as melhores práticas e podem estar mais suscetíveis às suas ocorrências.



Grau de Aderência às Boas Práticas (GA)

Qual o patamar da organização em relação ao nível aceitável de suscetibilidade?

Ter baixa suscetibilidade à fraude e à corrupção é sempre desejável. Todavia, ter maior grau de suscetibilidade não significa necessariamente que há corrupção na organização, mas indica que ela ainda não possui práticas de combate à fraude e à corrupção compatíveis com seu poder de compra e/ou de regulação, abrindo maior possibilidade de ocorrência desses delitos.

Para uma organização alcançar o nível aceitável de suscetibilidade é necessário que sejam adotadas as boas práticas que integram os mecanismos de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, as quais se encontram no Referencial do TCU de Combate à Fraude e Corrupção. A figura mostra a situação desta organização em relação a esses mecanismos (linha em vermelho no gráfico de pontas), em comparação ao patamar mínimo esperado (linha em azul no gráfico), conforme as faixas de aderência às boas práticas, dispostas na legenda. Quanto mais próximo da extremidade do gráfico, melhor a situação no mecanismo analisado.



Mais detalhes?

Prevenção	P1 - Gestão da Ética e Integridade
	P2 - Controles Preventivos
	P3 - Transparência
Detecção	D1 - Controlar Defectivos
	D2 - Canal de Denúncias
	D3 - Controle Interno/Auditoria Interna
Investigação	I1 - Pré-Investigação
	I2 - Execução da Investigação
Correção	C1 - Ilícitos Éticos e administrativos
	C2 - Ilícitos Cíveis e Penais

O gráfico ao lado mostra detalhes da situação de cada mecanismo e componente para ajudar a organização a priorizar seus esforços.

Há previsão de se promover a autoavaliação de todas as organizações do país a cada dois anos, levantando-se os números que traduzem os resultados consolidados, tanto para a aferição da evolução alcançada como para se obter o mapeamento das deficiências gerais que requeiram ajuda com orientações e treinamentos disponibilizados pelos órgãos que compõem as Redes de Controle e seus parceiros.

Este relatório é para o uso exclusivo desta organização e seus resultados não serão divulgados individualmente. As informações sobre processos

• Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas - iGG 2021

Neste ano, a Unifesp respondeu ao questionário de autoavaliação do TCU que serviu para coletar dados das organizações sobre governança e gestão pública (IGG). Os relatórios gerados demonstram que a Unifesp obteve uma melhora em seus índices de governança quando comparados aos últimos resultados (2018).

